



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 051, DE 22 DE JULHO DE 2021

Ao Exmo. Senhor
Vereador ALEXANDRE HOFFMEISTER
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos o presente Projeto de Lei para vossa apreciação e deliberação, que visa a contratação temporária de Educadores Sociais para a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação – SMDSH por período de seis meses, prorrogáveis por igual período.

Como é de conhecimento de Vossas Excelências, no ano de 2021, por conta da vedação da Lei Complementar n.º 173/2020, inexistente a possibilidade de abertura de concurso público.

Ocorre que no período pandêmico, tem havido um considerável aumento da procura de indivíduos e famílias pelos atendimentos da rede dos serviços SUAS, exigindo um número de profissionais insuficiente para esta nova fase que vai desde o início da pandemia e não há perspectiva de término efetivo.

Neste sentido, os recursos humanos disponíveis na SMDSH estão sendo excessivamente requeridos e a procura por atendimentos da rede de serviços SUAS gerando a necessidade de substituições temporárias, seja em função de vacância no cargo, como também de afastamentos por motivo de saúde, licenças maternidade, entre outros.

Os Educadores Sociais são imprescindíveis nos seguintes setores de trabalho da SMDSH: CRAS Centro, CRAS Grande Operária, CREAS e Abrigo Institucional Querubim.

Assim, tornou-se imprescindível contratar, ainda que apenas emergencial e temporariamente, educadores sociais.

O recrutamento dos profissionais a serem contratados será amplamente divulgado e a seleção respeitará a classificação de concurso público vigente, caso haja interessados.

Desta forma, esperamos que os ilustres Vereadores apreciem, avaliem e aprovem o presente.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 051, de 22 de julho de 2021.

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EDUCADORES
SOCIAIS, PARA ATENDER NECESSIDADE EMERGENCIAL E
TEMPORÁRIA, DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, nos termos autorizadores do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e dos artigos 3º, 4º, 131 e seguintes da Lei Municipal nº 4.125/2014, objetivando atender necessidade temporária, de excepcional interesse público, fica autorizado a contratar, pelo prazo de até 01 (um) ano, prorrogável uma única vez por igual ou inferior período:

I - até 15 (cinco) educadores sociais, com carga horária semanal de 40 horas, regularmente habilitados (com Ensino Médio Completo na modalidade Magistério).

Art. 2º. O recrutamento dos profissionais, a serem contratados nos termos desta Lei, será divulgado pelo Poder Executivo, e a seleção será feita, relativamente aos interessados que preencham os requisitos de escolaridade, mediante aprovação em processo seletivo simplificado, constituído de prova escrita.

§ 1º. Havendo empate entre os candidatos aprovados, terá preferência o candidato com maior idade.

§ 2º. A aprovação no processo seletivo simplificado não gera direito à contratação

§ 3º. Fica dispensada a realização de processo seletivo se existir concurso público, com lista de aprovados para a mesma função objeto da contratação, desde que haja interesse dos aprovados.

Art. 3º. O candidato convocado deverá comparecer ao Centro Administrativo Municipal de Campo Bom, sito na Avenida Independência, nº 800, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do respectivo chamamento, munido dos seguintes documentos:

I - declaração de inexistência de impedimento para assumir a função, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente inacumulável;

II - declaração de bens devidamente atualizada, nos moldes da apresentada para a Receita Federal;

III - atestado médico de aptidão para o exercício da função, fornecido pelo serviço médico designado pelo Município de Campo Bom;



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

IV - certidão de quitação de obrigações eleitorais;

V - certidão de quitação de obrigações militares (somente para os candidatos do sexo masculino);

VI - prova do status de brasileiro nato ou naturalizado;

VII - prova da idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VIII - atestado médico relativo à deficiência de que é portador, contendo o Código Internacional da Doença - CID, em caso de candidato com deficiência.

§ 1º. O não atendimento da convocação, no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, ou a ausência de apresentação dos documentos, constantes nos incisos acima, determinará a convocação do candidato imediatamente classificado.

§ 2º. Firmado o contrato, o candidato terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias para assumir a função, sob pena de ser tornada sem efeito a contratação temporária.

Art. 4º. As contratações formalizar-se-ão mediante CONTRATO ADMINISTRATIVO, observando-se, o disposto na Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014, com a redação dada pela Lei Municipal nº 4.930, de 03 de dezembro de 2019.

Art. 5º. As convocações para contratação temporária de que trata esta Lei, ocorrerão durante o ano de 2021.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei já estão previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data da respectiva publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 22 de julho de 2021.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,

Prefeito Municipal.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 051, de 22 de julho de 2021.

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

- I. Carga-Horária:** No mínimo 8 horas diárias.
- II. REGIME DE TRABALHO:** Período de 40 horas semanais.
- III. ATRIBUIÇÕES:** Velar pela atenção, defesa e proteção a pessoas de qualquer idade em situação de risco pessoal e/ou social, e/ou de vulnerabilidade; Realizar abordagem de rua, sensibilizando, identificando necessidades e demandas; Desenvolver atividades compatíveis com a idade, relativos à higiene, saúde, alimentação, educação, zelando pelo seu bem estar; Encaminhar para entidades/instituições que possam auxiliá-los; acompanhar a rotina diária das pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade, criando vínculos, conscientizando sobre riscos, resgatando a respectiva autoestima, os aconselhando a mudar de comportamento, a construir hábitos, apontando alternativas, despertando aptidões e habilidades, e os conscientizando sobre regras e normas de conduta; acompanhar educandos e/ou técnicos em visitas domiciliares, acompanhar reuniões sócio-educativas, desenvolver dinâmicas de grupo, atividades artísticas, de lazer e cultura, de laborterapia, voltadas para a espiritualidade, recreativas e esportivas, e lúdico-pedagógica; participar de reuniões para avaliação dos assistidos, sugerir procedimentos de segurança e estratégias; participar de equipes multidisciplinares; estabelecer objetivos, definir metas e metodologia de atuação; planejar eventos de interesse do público alvo; elaborar relatórios de atendimento e acompanhamento, e cadastrar os assistidos; participar do planejamento dos trabalhos, da elaboração de questionários e normas; juntamente com a equipe técnica, avaliar ações e práticas desenvolvidas; sugerir a alteração de estratégias e a definição de rotinas administrativas; preencher e encaminhar documentos; realizar todas as demais tarefas inerentes e/ou correlatas com as respectivas atividades, e aquelas que lhe forem solicitadas pelo respectivo superior hierárquico.
- IV. Requisitos:** Ensino Médio Completo na modalidade Magistério.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 22 de julho de 2021.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,

Prefeito Municipal